



Comunicado – 17 de Outubro de 2022

PREFÁCIO: CAMINHAR JUNTOS PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A crise climática é uma realidade viva para as pessoas em toda a África. As recentes ondas de calor do Verão no norte do continente causaram enormes perdas e danos sociais e económicos, atingindo recordes de temperatura e perturbando gravemente os sistemas agro-alimentares numa região já com fome. Tempestades e ciclones no início do ano causaram a devastação na África Austral, resultando na destruição de casas e na perda de vidas. A África Oriental está a enfrentar a pior crise alimentar de uma geração, precipitada por uma seca extrema. Na África Ocidental, as cidades são inundadas, as comunidades nos ribeirões são submersas, os conflitos que têm fervilhado durante anos estão agora a intensificar-se devido ao deslocamento induzido pelo clima. Para onde quer que se olhe neste continente, um continente já em dificuldades devido a um sistema económico global injusto, vê-se a mudança climática a travar o potencial de desenvolvimento.

Por vezes, é difícil ver as soluções para esta situação complexa. Podemos, no entanto, ter a certeza de algumas coisas. Por exemplo, sabemos que o Norte Global é largamente responsável pela crise climática e deve contribuir com a sua quota-parte justa para a enfrentar. Isto significa liderar o caminho da redução das emissões, fornecer financiamento para a adaptação ao clima, perdas e danos, e apoiar os países do Sul Global a alcançar níveis justos de desenvolvimento dentro

das fronteiras planetárias. Sabemos que as soluções mais promissoras reflectirão princípios-chave da Doutrina Social Católica, tais como o bem comum, a justiça entre gerações, o cuidado pela nossa casa comum e a opção preferencial para os pobres. Também sabemos que outras soluções não o farão: as soluções para esta crise não devem continuar a abordagem de negócio como de costume que é responsável pela criação do problema em primeiro lugar e só irão enriquecer nações ricas e indivíduos à custa dos pobres do mundo.

E no entanto, face a estas certezas, ainda pode ser um desafio compreender as vias precisas para a mudança. Na última Encíclica, Fratelli Tutti, o Papa Francisco propôs o diálogo e o encontro como um meio de construir um mundo mais justo. Esta foi a inspiração para os Diálogos Africanos sobre o Clima - uma série de conversas promovidas por actores da Igreja Católica e da sociedade civil em África para discutir, aprender uns com os outros e identificar as principais prioridades políticas antes da COP27 no Egipto. Estes diálogos incluíram representantes da comunidade e da sociedade civil com experiências vividas de alterações climáticas, investigadores e defensores profissionais com experiência política, funcionários de todos os níveis de governo, e líderes da Igreja Católica que poderiam enquadrar as questões éticas urgentes levantadas pelas alterações climáticas em termos da acção de Deus e das exigências de justiça.

As alterações climáticas são um escândalo moral. É um exemplo trágico e marcante de pecado estrutural, facilitado por uma indiferença insensível e ganância egoísta. A crise climática está a levar à destruição do nosso planeta, à devastação das vidas dos pobres, e ao prejuízo das gerações futuras. Nós, líderes da Igreja e organizações da sociedade civil em África e não só, exigimos aos líderes mundiais, líderes empresariais e decisores que prestem atenção a este importante comunicado, e ao fazê-lo, prestem atenção ao grito dos pobres e ao grito da terra.



Sua Eminência Fridolin Besungu Cardinal Ambongo
Arcebispo de Kinshasa, RDC
Vice-Presidente da SCEAM e Presidente da Comissão Justiça,
Paz e Desenvolvimento (SCEAM)

OS DIÁLOGOS CLIMÁTICOS AFRICANOS

De Julho a Setembro de 2022, foram realizadas cinco sessões dos Diálogos Climáticos Africanos:

1. Falsas soluções climáticas e a Bacia do Congo - 19 de Julho de 2022
2. Sistemas alimentares, agricultura e adaptação - 10 de Agosto de 2022
3. Finanças Climáticas - 30 de Agosto de 2022
4. Perda e Danos e Adaptação - 8 de Setembro de 2022
5. Migração e Deslocamento Induzidos pelo Clima - 15 de Setembro de 2022

Cada uma destas sessões foi organizada por organizações e indivíduos da Igreja Católica e por actores seculares da sociedade civil. Cada sessão viu uma lista diversificada de intervenientes e peritos juntarem-se para discutir e reflectir sobre a sua experiência, com especial ênfase nas dimensões moral e espiritual da crise climática e nas acções necessárias na COP27. Os participantes foram convidados a responder a apresentações de peritos, a dialogar uns com os outros e a contribuir para um resultado comum. Todos os comentários e apresentações de cada sessão foram depois coligidos e destilados em boletins informativos, que podem ser acedidos através dos links abaixo. Este documento, o comunicado, é uma destilação de cada um destes boletins informativos - incluindo apenas as mensagens chave de cada sessão.

Foi adoptada uma abordagem interpretivista para sintetizar e destilar a informação das sessões e para gerar conclusões chave. Esta abordagem difere das abordagens positivistas de inquérito, que tradicionalmente tentam converter as contribuições orais em unidades comparativas. Em vez disso, a nossa abordagem procurou discernir o significado e chegar a conclusões baseadas na experiência, no consenso e na conversa reflexiva. Estes resultados foram acordados pelo comité director dos Diálogos Climáticos Africanos, composto por organizadores de eventos-chave, e representam, portanto, um resumo incontestável dos resultados dos eventos.

MENSAGENS-CHAVE DOS DIÁLOGOS SOBRE O CLIMA EM ÁFRICA

1. Soluções Climáticas Falsas e a Bacia do Congo

- Transformar o sistema energético de combustíveis fósseis de África num sistema que seja alimentado por fontes de energia renováveis, a fim de fornecer energia às pessoas de forma justa e equitativa e promover a soberania energética, tudo isto protegendo os direitos inerentes às comunidades e aos ecossistemas.

- Promover a paz e a integração regional em África, especialmente na bacia do Congo, protegendo os ecossistemas, regenerar a bacia do Lago Chade, respeitando os direitos humanos, estabelecendo e aplicando regulamentos vinculativos e o Estado de direito, e sensibilizando o público para os impactos das alterações climáticas.
- Abandonar todas as falsas soluções, incluindo os compromissos líquidos zero, o fracasso do comércio de emissões e esquemas de compensação, as soluções baseadas na natureza e o optimismo tecnológico infundado (i.e., geoengenharia).
- Transição para novas fontes de energia que são produzidas localmente, baratas, acessíveis e que beneficiam as comunidades locais e indígenas em África.
- Estabelecer e restaurar a gestão comunitária de recursos naturais como florestas, serras e zonas de pesca e respeitar os princípios legais e éticos estabelecidos, tais como os direitos ao consentimento livre, prévio e informado, compensação justa, e um ambiente limpo e saudável.

➤ [Leia o relatório completo do diálogo sobre Falsas Soluções Climáticas e A Bacia do Congo](#)

2. Sistemas Alimentares, Agricultura e Adaptação

- Reconhecer que a agroecologia coloca os agricultores e as comunidades vulneráveis no centro, uma abordagem pró-planetária da produção alimentar sustentada por uma filosofia de harmonia entre seres humanos e não humanos, e que uma transição para a agroecologia pode ajudar a mitigar e a adaptar-se às alterações climáticas.
- Estabelecer um mecanismo democrático para a governação da agricultura, da terra e dos sistemas alimentares no âmbito da UNFCCC.
- Fazer da agroecologia um tema proeminente na COP27 e em qualquer decisão de seguimento do Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura, uma vez que oferece claros co-benefícios ao abordar a insegurança alimentar e os impactos da mudança climática.
- Afastar-se do foco míope na eficiência e maximização do lucro no sistema alimentar e, em vez disso, concentrar-se nos direitos humanos, nutrição, justiça alimentar, sementes e soberania alimentar e práticas agrícolas sustentáveis.
- Alocar mais recursos para apoiar os pequenos agricultores, agricultores familiares e povos indígenas, incluindo serviços de extensão baseados em métodos agroecológicos.

➤ [Leia o relatório completo da sessão sobre Sistemas Alimentares, Agricultura e Adaptação](#)

3. Finanças Climáticas

- O Norte Global deve pagar a dívida ecológica que tem para com o Sul Global.
- Fornecer financiamentos novos, acessíveis, adequados, previsíveis e adicionais de fontes públicas que apoiem as necessidades das pessoas e comunidades locais.
- Melhorar e simplificar o acesso aos mecanismos de financiamento do financiamento climático existentes para que as comunidades locais e as organizações da sociedade civil possam mais facilmente utilizar e beneficiar destes fundos.
- Fornecer financiamento climático sob a forma de subsídios em vez de empréstimos e aumentar o financiamento para a adaptação.
- Melhorar a transparência e o acompanhamento do desembolso do financiamento climático para reforçar os controlos e equilíbrios democráticos e melhorar a governação.
- Utilizar respeitosamente o conhecimento indígena para conceber intervenções que sejam orientadas localmente e específicas do contexto.

➤ [Leia o relatório completo da sessão sobre Finanças Climáticas](#)

4. Perda e danos

- Reconhecer as perdas e danos como o terceiro pilar da resposta às alterações climáticas a par da mitigação e adaptação.
- Estabelecer um mecanismo de financiamento de perdas e danos na COP27 financiado por penalidades aplicadas contra poluidores dos sectores privado e público com base em medições bem definidas, incluindo de fontes públicas.
- Prestar especial atenção à questão das perdas e danos não económicos e tomar medidas imediatas para evitar a iminente perda de património, culturas e línguas.
- Os governos nacionais dos países vulneráveis ao clima devem elaborar imediatamente estratégias de perdas e danos e esquemas de avaliação para serem submetidos à UNFCCC.
- Os líderes religiosos, incluindo a Santa Sé, os líderes seniores da Igreja, e os Bispos de África, deveriam pronunciar-se em apoio da sociedade civil sobre a questão das perdas e danos na COP27.

➤ [Leia o relatório completo da sessão sobre Perdas e Danos](#)

5. Migração e Deslocamento Induzidos pelo Clima

- A forte interligação entre clima, migração, conflito e segurança alimentar requer uma maior e urgente consciencialização, políticas abrangentes, melhor ligação entre ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento sustentável, e financiamento adequado.
- O conflito e a tensão entre as pessoas deslocadas pelas migrações induzidas pelo clima e as comunidades de acolhimento exigem políticas locais, financiamento e acção na partilha de recursos comuns.
- Como a migração transfronteiriça aumenta com o tempo, a política de migração climática precisa de ser reconhecida como uma questão de direitos humanos e uma medida de adaptação.
- Entre as comunidades mais afectadas, devem ser dadas aos jovens mais oportunidades de apoiar a sua capacidade de preservar o património cultural e as raízes.
- A migração induzida pelo clima e as deslocações por perdas e danos são uma questão de justiça e devem ser vistas como parte da discussão sobre Perdas e Danos.
- O financiamento de Perdas e Danos deve incluir a migração e deslocação induzidas pelo clima.
- A migração e deslocação induzidas pelo clima exacerbam as crises socioeconómicas e de desenvolvimento subjacentes.
- As iniciativas de criação de emprego e plantação de árvores, de acordo com os princípios da agroecologia e agroflorestação, devem prevenir a degradação ambiental e a exclusão/migração da comunidade.
- As ONG e instituições católicas devem apelar a uma maior solidariedade em torno destas questões e devem equipar as comunidades com assistência jurídica e ferramentas para fornecer contributos políticos em vários processos de governação.
- Para ter uma voz mais forte, os actores envolvidos na migração e deslocações induzidas pelo clima devem colaborar e construir sinergias.

➤ [Leia o relatório completo da sessão sobre Migração e Deslocamento Induzidos pelo Clima](#)

For general inquiries about the African Climate dialogues, please contact: Lydia Machaka, Climate Justice and Energy Officer, CIDSE (machaka@cidse.org)

The following organizations are part of the African Climate Dialogues steering committee



This event is co-funded
by the European Union

